



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Boska de Moraes SARMENTO, Hélder
Plágio, ética e pesquisa na sociedade: problematizações e contradições
Argumentum, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 34-42
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547532004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Comentário II sobre o artigo **Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica** (DINIZ; MUNHOZ, 2011).

Plágio, ética e pesquisa na sociedade: problematizações e contradições

Plagiarism, ethics and research in society: contextualizing and contradictions

Hélder Boska de Moraes SARMENTO*

O presente texto tem por objetivo apresentar algumas reflexões que indiquem uma necessária problematização a respeito da ética e da pesquisa nas ciências sociais, mais especificamente sobre o plágio, tomando como referência o instigante ensaio “Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica”, de Debora Diniz e Ana Terra Mejia Munhoz, ainda inédito e divulgado nesta revista (DINIZ; MUNHOZ, 2011).

Cabe destacar que o referido ensaio traz de forma clara e objetiva tanto a

caracterização do plágio (cópia e pastiche) como seus problemas e nuances em sua manifestação objetiva e particularizada nos sujeitos que realizam a pesquisa, e “[...] deve, portanto, ser combatido como uma prática que viola a integridade acadêmica e a confiança que os leitores depositam nos autores, isto é, como uma questão de ética coletiva” (DINIZ; MUNHOZ, 2011).

A intenção aqui é contribuir nesta discussão, ao problematizar e indicar uma reflexão que remete a outro aspecto, qual seja, o dos

34

* Doutor em Serviço Social. Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética e Saúde Coletiva (Nupebisc). E-mail: <hboska@yahoo.com.br>.

determinantes históricos e estruturais que envolvem os indivíduos sociais e o quanto suas contradições estão presentes naqueles que pesquisam e no plágio.

Nesta direção já é demarcada a perspectiva desta reflexão, que se orienta por uma leitura crítica da sociedade capitalista, tomando como referência a teoria social de Marx. Este pensador e revolucionário, ainda em 1857, na abertura (introdução) “[...] para a crítica da economia política”, afirmava que seu objeto de estudo é, em primeiro lugar, a produção material ou modo de produção, portanto, a produção dos indivíduos determinada socialmente (MARX, 1985).

Naquele período, Marx indicava que desde o século XVIII, no momento em que a sociedade burguesa alcançava o mais alto grau de desenvolvimento, era também a que apresentava o indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. E, ao fazer uma consistente crítica aos economistas clássicos, afirmava: “[...] quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais” (MARX, 1985, p. 104), isto é, uma crítica ao materialismo vulgar, a livre concorrência e a autonomização dos indivíduos como condição natural de

desenvolvimento. O indivíduo isolado e autônomo é inconcebível, é ignorar sua gênese histórica.

Tomar esta perspectiva como pressuposto é demarcar uma referência importantíssima no campo da produção e reprodução social. E por que não da produção de conhecimentos e da pesquisa?

No campo da produção, Marx, no mesmo texto indicado, fala que a produção é imediatamente consumo, no sentido subjetivo, ao desenvolver suas capacidades e as consumir no ato da produção, e, no sentido objetivo, ao consumir os meios utilizados e também gastá-los, e vai além: o consumo cria o impulso da produção, e o objeto ao reproduzir sua necessidade, diz ele, “[...] a produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor” (MARX, 1985a p. 110).

Assim, afigura-se um modo de produção e consumo em que a ciência é parte integrante, e do qual, o campo da produção de conhecimentos e da pesquisa está vinculado. No Posfácio da 2ª edição de *O Capital*, Marx nos diz que para a ciência da época

[...] não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou

não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (MARX, 1985a, p. 11).

Não é por outro caminho que se fez a discussão da ética em pesquisa, embora não necessariamente com a perspectiva marxista, mas marcada por lutas sociais e questões no campo dos interesses econômicos e científicos e suas implicações na vida daqueles que não têm suas necessidades atendidas, e por se encontrarem em péssimas condições de vida são submetidos à violação de direitos, mesmo que em nome da ciência.

De maneira sintética, é possível indicar alguns determinantes deste movimento que consolidou os caminhos para a ética na pesquisa. Dentre estes, a relativa crise no campo ético, resultado dos avanços científico-tecnológicos e de suas implicações sobre a vida, precisamente os constantes mecanismos de intervenção sobre esta; a abertura para um posicionamento entre diferentes *ethos* e suas interpretações pondo em questão certa moralidade asséptica (VIDAL, 2007).

No entanto, estes conflitos éticos estão imbricados pelos conflitos e lutas que a sociedade civil atravessou desde a metade do século XX em sua relação com o Estado e com a ciência; desde as lutas travadas pelas minorias no reconhecimento de seus direitos, a reivindicação dos usuários pela sua participação nas decisões que envolvem seu corpo e sua saúde e os próprios recursos destinados à saúde pública, ou seja, os direitos à saúde.

Identificados estes pontos, cabe reforçar o que significou na passagem para o século XXI a perspectiva neoliberal e sua posição intransigente quanto ao mercado como mecanismo central de regulação da vida econômica, social e política. Observa-se uma centralidade no mercado que levou a descentralização do homem e do trabalho como figura central dos valores civilizatórios, rompendo as últimas barreiras para a mercantilização desse homem e de sua própria vida.

Isto é longamente abordado por Marx: “[...] a produção cria o consumidor” (MARX, 1985a p. 110), pois “[...] a célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria” (MARX, 1985a, p. 4) e

[...] a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as

como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...], chamo a isto de fetichismo (MARX, 1985a, p. 81).

Destas análises fundamentais da sociedade capitalista feitas por Marx, até a reestruturação produtiva que se processou a partir da metade do século XX, naquilo que Harvey (2005) chamou de acumulação flexível, gerou-se um grau de mercantilização das relações que imprimiu um ritmo de mudanças e adaptações significativas em todas as esferas sociais, econômicas, políticas, éticas e, lógico, em suas expressões organizacionais e institucionais.

A centralidade do mercado imprimiu dinâmicas socioculturais e econômicas regulatórias muito fortes no campo das políticas, tais como, o combate à desigualdade enquanto acesso ao mercado por meio do consumo de bens; os conflitos morais como problemas pessoais que se traduzem em indenizações financeiras como mecanismo de

reparação; e os justificados cortes econômicos na esfera pública (enxugamento do Estado) transpassados com a exigência de qualidade de gestão que imprime novas lógicas de avaliação centradas na produção e na concepção de serviço terceirizado como alternativa ao direito adquirido – para não se estender, aqui, a outros exemplos tão comuns nos dias de hoje, e não menos importantes.

É desta contraditória relação entre ciência, mercado e produção que fazemos conexões com a produção de conhecimentos e a pesquisa, em particular, no espaço privilegiado para isto, o acadêmico. Vale resgatar o artigo de Fonseca (2001) que logo no preâmbulo indica claramente o paradoxo desta questão, ao discutir a pós-graduação:

A avaliação dos programas de pós-graduação, organizada pela CAPES em 1998, transcorreu em condições difíceis. O sistema de avaliação existia há mais de quinze anos. No entanto, naquele ano, foram introduzidas mudanças radicais, logo numa época de transtorno inaudito na política educacional. Tratava-se de uma conjuntura caracterizada por salários congelados, fundos limitados de pesquisa, corte de bolsas, sucateamento da infraestrutura administrativa. Lembremos: o período de avaliação coincidiu com uma greve de três meses nas universidades federais. Os acadêmicos chamados a integrar o Comitê Avaliador encontraram-se na situação esdrúxula de estar, por um lado, suspendendo todas as atividades

docentes, em protesto contra uma política educacional considerada pouco favorável à universidade pública e, por outro lado, aperfeiçoando um sistema de avaliação que servia para implementar essa mesma política – tudo em nome da qualidade acadêmica do sistema (FONSECA, 2001).

No mesmo texto, Fonseca fala do modelo, seguido por vários países, de ampliar o número de vagas e reduzir custos, inclusive com a indicação das próprias universidades determinando onde cortar os recursos. Não bastasse esta globalização de modelos de gestão, o envolvimento dos pares foi crescente e dinâmico demonstrando, conforme a autora, “[...] que o poder governamental está disperso e o destino das pessoas reside em suas próprias mãos”, exigindo que cada categoria profissional defina seus padrões de qualidade, e estabeleça suas hierarquias quanto à excelência (FONSECA, 2001).

Continuando neste raciocínio de análise e citando a mesma autora, Fonseca (1997, p. 315) afirma:

[...] a balança pesa para o lado não necessariamente de quem mais trabalha, mas sim, de quem produz *provas* de seu trabalho. Estamos na era de *information technology*. Na mentalidade produtivista, não há mais lugar, nas atividades de pesquisa, para *períodos vazios*, só de reflexão; os resultados devem ser imediatos e regulares. A *performance* que conta é aquela que melhor corresponde aos parâmetros da avaliação. Strathern

descreve essa situação no quadro inglês: “As capacidades (avaliadas) devem corresponder a certas expectativas, expectativas essas que espelham as capacidades necessárias para uma boa apresentação de dados a serem avaliados: clareza (antes de lógica), itemização (antes de conexões), marcadores [*bullet points*] (antes de parágrafos), e organização simplificada (antes da involução ou evolução do estilo argumentativo). Antes de tudo, elimina-se ambiguidade, contradição ou hesitação”. O problema é que esse material produz uma *descrição etnográfica pobre*, revelando muito pouco sobre o verdadeiro funcionamento da organização.

Estas citações demonstram objetivamente um modo de viver, que é um modelo onde a produção intelectual e sua circulação estão diretamente vinculadas à lógica da produção e consumo em nome de uma maior qualidade e quantidade, para muitos autores (Mezan, 2010; Narvai, 2009; Barbour e Chrispiniano, 2009), uma dinâmica produtivista que compromete seriamente a qualidade tão defendida.

Um produtivismo que não é apenas *frase de efeito*, pois traz sérios problemas éticos, ao gerar (produzir e reproduzir) uma acirrada competitividade no meio acadêmico, onde o parâmetro não é mais aprender a fazer com a construção de conhecimentos por meio da pesquisa ao lado de referências intelectuais,

mas sim ser citado e contabilizado por isto.

A avaliação leva a parar de produzir ciência para produzir números. Ao invés de produzir um bom artigo, você produz dois para obter mais produtividade, obter índice. Ninguém lê os artigos, apenas vê onde foi publicado. Todo o tipo de corrupção nasce daí. [...] Você perde o objetivo da atividade científica. Como o sistema é competitivo, a tendência é de que práticas de *doping* acadêmico – a troca de assinaturas entre artigos de autores diferentes (“assinatura cruzada”), a assinatura em publicações de orientandos e de pesquisadores que utilizam laboratório controlado por determinado docente, e outras formas de aumento fictício da produção – se tornem cada vez mais corriqueiras. “Se a métrica é a citação, eu vou citar você e você vai me citar. Tudo isso é o processo de corrupção da ciência”, fala Ortellado, tendo em vista que os critérios de procedimento e avaliação tornam-se mais quantitativos do que qualitativos (BARBOUR e CHRISPINIANO, 2009).

Com tais problematizações cotidianas, remetidas intencionalmente ao espaço acadêmico da pós-graduação, não se pretende afirmar uma relação mecânica entre sistema de avaliação e plágio. O que estamos argumentando é que pensar um problema ético como este (plágio) é também reconhecer seus determinantes, seus nexos e sua lógica de funcionamento como parte de uma totalidade.

É afirmar que vivemos a consolidação de uma *nova* moralidade que não pode ter suas determinações negligenciadas, pois são estas que vão afirmar e corroborar posturas éticas, como o próprio plágio enquanto negócio (seja para aqueles que lançaram mão deste recurso como resposta à exigência de uma produção imediata, confiante de que nunca vão ler o que se copiou, seja por aqueles que efetivamente trabalham com o negócio do plágio enquanto fonte de recurso e meio de vida).

Ao buscar referências acerca da produção e suas relações diretas com o consumo, chamou-se a atenção para o fato de que o pesquisador/autor, mesmo considerado em sua autonomia e criatividade, não está desconectado do conjunto de relações do qual faz parte – isto é, de um modelo e sistema de pesquisa e produção de conhecimentos que produz e reproduz uma lógica societária que não está apartada da dinâmica e dos interesses da sociedade capitalista atual, violenta e desigual. Entretanto, cabe a ressalva de que este argumento não é para justificar ou aceitar o plágio, favorecendo uma vitimização daqueles que o praticam.

Isto significa afirmar que o esforço para indicar que os mecanismos de corrupção – dentre eles, o plágio – não se restringem às duas

determinações mais indicadas, que são a da explosão do fenômeno com as novas mídias digitais ou a da singularização do indivíduo como criador (copiador).

Isto porque a primeira, a das mídias digitais, corresponde a estratégias de acesso amplamente divulgadas, e muito mais do que a formação para uma utilização ética, pauta-se no avanço do conhecimento científico-tecnológico como forma de lucro. Longe de ampliar as possibilidades de uma publicização de conhecimentos, restringem-se à divulgação de informações e levam a uma concentração muito maior de poder.

A segunda, embora afirme a autonomia do indivíduo e sua capacidade criativa, torna obscuras as condições necessárias para que esta criatividade se apresente embotada por rotinas de trabalho e estudo que não permitem um tempo maior para assimilar e reproduzir conhecimentos com todos os cuidados, que dirá criar novos.

É oportuno acrescentar, acerca do espaço relacional entre autores – que tensionam as fronteiras da comunicação científica, nos marcos da competitividade – ao mobilizar volumosos recursos entre pesquisadores, alunos e seus respectivos financiamentos e bolsas. Tratar da comunicação científica é

também falar não apenas da divulgação do que é produzido, mas de uma comunicação que implique tornar algo em comum, partilhar o processo de construção do conhecimento e o produto deste, reconhecendo não apenas seus autores, mas inequivocamente os sujeitos da pesquisa, isto é, os sujeitos de direitos.

Um dos fatores que contribuíram neste reconhecimento dos sujeitos da pesquisa, nesta última década (já citada em algumas determinações), foi o da reconstrução da ética na pesquisa, desde as particularidades que envolvem o reconhecimento dos seus sujeitos, até os riscos e as consequências dos procedimentos e utilização das informações no campo do controle social (HOSSNE, 2003).

Nesta reconstrução, teve grande importância a denúncia ativa e a formação de uma opinião pública que exige maior controle social de pesquisadores e grandes corporações que atropelam protocolos, invadem territórios e corpos e pirateiam conhecimentos tradicionais de povos e culturas, sem qualquer preocupação com os direitos – a não ser com o poder material da informação e do dinheiro, como equivalente de troca, os quais podem substituir plágios, corrupções ou formas de dominação ainda maiores, sem responder por isto (GARRAFA e PESSINI, 2003; BERLINGUER, 1993).

Conforme indicado anteriormente, não podem ser negligenciadas as questões particulares que envolvem o campo relacional entre os pesquisadores e seus aprendizes e, sem qualquer dúvida, precisam ser clarificadas quanto à comunicação científica no que se refere à *angústia da influência*, à *cópia criativa*, ao *empréstimo literário* e sua forma extrema no plágio, fronteiras que precisam ser explicitadas.

Muitas dessas fronteiras são subvertidas no caminho acadêmico para a construção original quando “[...] somos presos por nossos orientadores, nas grades dos seus projetos de pesquisa que não permitem encontrar caminhos originais, e quando aparecem são do pesquisador principal. O sonho do pesquisador é ter o seu séquito de seguidores e não diretamente a produção original” (DINIZ e MUNHOZ, 2011); o pesquisador precisa de seus seguidores para reproduzir a sua produção, que é também troca, circulação e consumo.

No entanto, estas relações tendem a ser sobrepostas por condutas predominantes que introjetam atitudes e comportamentos pessoais e institucionais tornando estas mesmas fronteiras cada dia mais tênues entre competentes ou não, entre quem tem ou não poder, acirradas por grandes corporações e

interesses econômicos. É este o interesse imediato, particular e privado que se sobrepõe à ética pela lógica do mercado, exigindo um conjunto sofisticado de requisitos para administrar plágios, que obscurecem os grandes plágios de nossa história (perdoados e reconhecidos como grandes feitos em nome da ciência e das nações).

Feitas estas considerações, acreditamos que a reflexão em torno do plágio, tão bem conduzida por Diniz e Munhoz, não pode prescindir de alguns pontos, que sinteticamente problematizamos.

Com o intuito claro de problematizar, e levando em conta os argumentos aqui apresentados, queremos apenas demonstrar que o problema do plágio, da cópia e do pastiche não se restringe a um problema cognitivo e moral do sujeito individual, que poderia ser resolvido com uma mudança de atitude, de idéia ou sensibilidade; ao contrário, é também um problema societário que implica uma transformação social, ética e moral.

Referências

BARBOUR, Ana Maria e CHRISPINIANO, José. Produtivismo, corrupção da ciência e controle do trabalho. **Revista ADUSP**, 45, São Paulo, Associação dos Docentes da

- Universidade de São Paulo, outubro/2009.
- BERLINGUER, Giovanni. **Questões de Vida: ética, ciência e saúde**. São Paulo, Hucitec: 1993.
- DINIZ, Débora e MUNHOZ, Ana Terra Mejia. **Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica**, Vitória, 2011. Texto de referência ainda inédito e não publicado.
- FONSECA, Claudia. **Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo**. In *Revista Horizontes Antropológicos*. v.7 n.16 Porto Alegre, dez. 2001.
- GARRAFA, V. Bioética, Poder e Injustiça: por uma ética de intervenção. In: GARRAFA, V. e PESSINI, L.. **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo, Loyola, 2003.
- HARVEY, David. **Transformações político-econômicas do capitalismo**. In: *Condição Pós-moderna: uma pesquisa das origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOSSNE, W. Saad. A regulamentação de pesquisa com seres humanos como instrumento de controle social. In : FORTES, P. A. C. e ZOBOLI, E. L. C. P. **Bioética e Saúde Pública**. São Paulo, Loyola, S. Camilo, 2003.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política: Introdução**. In *Os Pensadores*. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl. Posfácio da 2ª Edição. In: MARX, Karl. **O Capital**. Vol.1, trad. Reginaldo Sant'Ana, São Paulo, Difel, 1985a.
- MEZAN, Renato. O Fetichismo da Quantidade. In: **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 09/05/2010.
- NARVAI, Paulo Capel. Pós-Graduação, Sistema Qualis e Futebol. **Revista ADUSP**, 45, São Paulo, Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, outubro/2009.
- VIDAL, Susana. Introducción General y Antecedentes. In **Programa de Educación Permanente en Bioética: introducción a la bioética clínica y social**. Red latinoamericana y del Caribe de Bioética – redbioética/ Unesco, 2007. Disponível em: <<http://www.redbioetica-edu.com.ar>>.